

INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, GESTÃO DO CONHECIMENTO E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

STRATEGIC INTELLIGENCE IN THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS:
THEORETICAL FOUNDATIONS, KNOWLEDGE MANAGEMENT AND
PERSPECTIVES IN THE AMAZONIAN CONTEXT

INTELIGENCIA ESTRATÉGICA EN LA POLICÍA MILITAR DE AMAZONAS:
FUNDAMENTOS TEÓRICOS, GESTIÓN DEL CONOCIMIENTO Y PERSPECTIVAS EN EL
CONTEXTO AMAZÓNICO

Eurico Dias Teixeira Neto¹
Keila Regina Delgado Vieira Barboza²
Reinaldo José da Silva Coelho³
Victor Maciel Gomes Lima⁴
Victor Freire de Oliveira⁵
Flavio Carvalho Cavalcante⁶

RESUMO: A Inteligência Estratégica emerge como atividade essencial para organizações de segurança pública que atuam em ambientes de elevada complexidade operacional. No contexto da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), esse imperativo assume contornos singulares, impostos pela vastidão territorial, pela extensa faixa de fronteira e pela crescente sofisticação da criminalidade organizada transnacional. Este artigo analisa os fundamentos teóricos da Inteligência Estratégica, consubstanciados nos postulados de Sherman Kent, Marco Cepik e Jerry Ratcliffe, e examina de que maneira a Gestão do Conhecimento pode potencializar a eficiência analítica do Sistema de Inteligência Policial Militar do Amazonas (SIPOM). Para tanto, investiga-se a relação entre a estrutura doutrinária do sistema e os processos de criação e fluxo do capital intelectual institucional. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfico-documental, alicerçada em fontes de caráter público e na doutrina nacional de inteligência, as quais foram cotejadas com os referenciais de Nonaka e Takeuchi, Choo, além de Davenport e Prusak. Os resultados atestam que os fundamentos clássicos da Inteligência Estratégica, quando articulados ao paradigma do *Intelligence-Led Policing*, ofertam o arcabouço conceitual necessário para consolidar o SIPOM como um instrumento de assessoramento estratégico de excelência. No panorama amazônico, a singularidade geográfica e criminológica do estado corrobora a centralidade do conhecimento estratégico como vetor de eficácia institucional. Conclui-se que o aprimoramento contínuo do SIPOM, norteado pela Gestão do Conhecimento, constitui a via hígida para transmutar a experiência empírica individual dos operadores em um ativo institucional perene da PMAM.

Palavras-chave: Inteligência Estratégica. Polícia Militar do Amazonas. SIPOM.

¹Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão, Universidade Estadual do Amazonas.

²Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão, Universidade Estadual do Amazonas.

³Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão, Universidade Estadual do Amazonas.

⁴Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão, Universidade Estadual do Amazonas.

⁵Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão, Universidade Estadual do Amazonas.

⁶Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão, Universidade Estadual do Amazonas.

ABSTRACT: Strategic Intelligence emerges as an essential activity for public security organizations operating in highly complex environments. In the context of the Military Police of Amazonas (PMAM), this imperative assumes unique contours, imposed by the vast territorial expanse, the extensive border strip, and the growing sophistication of transnational organized crime. This article analyzes the theoretical foundations of Strategic Intelligence, based on the postulates of Sherman Kent, Marco Cepik, and Jerry Ratcliffe, and examines how Knowledge Management can enhance the analytical efficiency of the PMAM's Military Police Intelligence System (SIPOM). To this end, it investigates the relationship between the system's doctrinal structure and the processes of creation and flow of institutional intellectual capital. Methodologically, a qualitative, descriptive, and bibliographic-documentary research approach was adopted, grounded in public sources and national intelligence doctrine, which were cross-referenced with the frameworks of Nonaka and Takeuchi, Choo, and Davenport and Prusak. The results indicate that the classical foundations of Strategic Intelligence, when articulated with the Intelligence-Led Policing paradigm, provide the necessary conceptual framework to consolidate SIPOM as a premier strategic advisory instrument. In the Amazonian landscape, the state's geographic and criminological singularity reinforces the centrality of strategic knowledge as a vector of institutional efficacy. It is concluded that the continuous improvement of SIPOM, guided by Knowledge Management, represents the definitive path to converting the individual empirical experience of operators into a permanent institutional asset of the PMAM.

Keywords: Strategic Intelligence. Military Police of Amazonas. SIPOM.

RESUMEN: La Inteligencia Estratégica constituye una actividad indispensable para las organizaciones de seguridad pública que enfrentan alta complejidad operativa. En la Policía Militar de Amazonas, esta necesidad crece ante la vastedad territorial, la extensa franja fronteriza y la sofisticación del crimen organizado transnacional. Este artículo presenta fundamentos teóricos de la Inteligencia Estratégica, a partir de Sherman Kent, Marco Cepik y Jerry Ratcliffe, y discute cómo la Gestión del Conocimiento eleva la eficiencia analítica del Sistema de Inteligencia Policial Militar de Amazonas, el SIPOM. El análisis considera la relación entre la doctrina del sistema y los procesos de creación, registro y circulación del capital intelectual institucional. Se adopta una investigación cualitativa, descriptiva, de base bibliográfica y documental, con rigor técnico, con fuentes públicas y doctrina nacional de inteligencia, contrastadas con Nonaka y Takeuchi, Choo, Davenport y Prusak. Los hallazgos indican que los fundamentos clásicos, asociados al paradigma del Intelligence Led Policing, ofrecen un marco conceptual para consolidar el SIPOM como instrumento de asesoramiento estratégico orientado a decisiones. En el escenario amazónico, factores geográficos y criminológicos refuerzan la centralidad del conocimiento estratégico como vector de eficacia institucional. Se concluye que el perfeccionamiento continuo del SIPOM, guiado por la Gestión del Conocimiento, convierte la experiencia individual de los operadores en un activo institucional duradero de la PMAM.

Palabras clave: Inteligencia Estratégica. Policía Militar de Amazonas. SIPOM.

INTRODUÇÃO

O cenário global de segurança pública defronta-se com desafios de magnitude crescente, impulsionados, sobretudo, pela sofisticação do crime organizado transnacional. Consoante

documentado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022), organizações criminosas de alcance internacional operam lastreadas em logística, hierarquia e capacidade adaptativa que tornam estruturalmente incipientes os modelos policiais erigidos com exclusividade sobre a premissa da reatividade. Diante dessa conjuntura, o conhecimento estratégico transcende a condição de mero adendo à ação policial, alçando-se ao patamar de seu principal vetor organizador.

Nesse diapasão, a Inteligência Estratégica assume inegável centralidade. Sob a ótica de Kent (1967), ela consubstancia o acervo cognitivo imperioso para que as corporações resguardem seus intentos institucionais em face de ecossistemas permeados por incertezas e ameaças em contínua mutação. Tal acepção afigura-se sobremaneira profícua à realidade da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), a qual projeta seu poder de polícia no maior Estado da federação, cuja extensão territorial perfaz 1.570.745 km² (Brasil, 2022). Esse complexo teatro de operações sobrepõe-se a uma vasta malha hidrográfica de rios navegáveis, a qual é frequentemente instrumentalizada como corredor logístico primário para o narcotráfico proveniente da Colômbia, do Peru e da Venezuela (Couto, 2020).

Sob esse mesmo prisma, a Gestão do Conhecimento (GC) desponta como o campo científico apto a potencializar a eficiência sistêmica das agências de inteligência. Conforme asseveram Nonaka e Takeuchi (1997), as instituições que logram sistematizar a conversão do saber tácito em explícito edificam uma vantagem estratégica robusta e sustentável. Na seara policial militar, tal sistematização equivale a transmutar o tirocínio acumulado por cada operador e analista em um patrimônio cognitivo coletivo e inalienável da Corporação. Para tanto, o Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Amazonas (SIPOM) erige-se como o nódulo institucional incumbido de depurar dados fragmentários, convertendo-os em conhecimento estratégico hábil a balizar a governança operacional da PMAM (Amazonas, 2021).

Cumprе destacar que a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) define a Inteligência de Segurança Pública como a atividade focada na obtenção e na análise de dados, bem como na produção e na difusão de conhecimentos imprescindíveis ao planejamento, à execução da política de segurança e ao fomento qualificado da tomada de decisão (Brasil, 2015). Emerge, a partir dessa tessitura contextual, o premente problema de pesquisa: de que maneira os fundamentos da Inteligência Estratégica, quando articulados aos

preceitos da Gestão do Conhecimento, podem subsidiar o aprimoramento contínuo do SIPOM diante dos desafios estruturais singulares da Região Amazônica?

O objetivo geral deste artigo repousa em analisar a correlação entre os fundamentos teóricos da Inteligência Estratégica, consubstanciados, precipuamente, nas contribuições de Kent (1967), Cepik (2003) e Ratcliffe (2016), e os processos de Gestão do Conhecimento aplicáveis ao SIPOM, visando à identificação de perspectivas pragmáticas de aprimoramento institucional. No tocante aos objetivos específicos, busca-se, ordenadamente, articular os referenciais clássicos da área com o paradigma do Intelligence-Led Policing (ILP); aplicar o modelo SECI de Nonaka e Takeuchi (1997) ao ciclo de inteligência do SIPOM; e, por derradeiro, delinear perspectivas para o fortalecimento da Inteligência Estratégica da PMAM no intrincado cenário amazônico.

A relevância da presente investigação justifica-se sob a égide de três dimensões complementares. Sob o prisma teórico, o estudo fomenta o profícuo diálogo entre a Gestão do Conhecimento, consolidada pelos postulados de Nonaka e Takeuchi (1997), Choo (2006), além de Davenport e Prusak (1998), e o escopo normativo da doutrina de inteligência de segurança pública pátria. No âmbito prático, a pesquisa oferta à Corporação vertentes de aperfeiçoamento estritamente escoradas na arquitetura doutrinária da DNISP (Brasil, 2015). Já sob a vertente institucional, o artigo corrobora o papel imperativo do SIPOM como verdadeiro fiador da soberania operacional em um Estado diuturnamente tensionado pela criminalidade organizada transnacional em suas fronteiras fluviais.

4

Para a consecução de tais propósitos, o trabalho estrutura-se em cinco seções interconectadas. Após esta introdução, promove-se o delineamento do referencial teórico, seguido pela exposição da metodologia adotada. Na sequência, apresentam-se os resultados colhidos e a devida discussão analítica, culminando, por fim, na consolidação das conclusões e no encarte de recomendações exequíveis.

MÉTODOS

A presente pesquisa enquadra-se, quanto à abordagem, como qualitativa; quanto ao objetivo, como descritiva e analítica; e quanto ao procedimento técnico, como bibliográfica e documental (Marconi; Lakatos, 2017). A eleição da abordagem qualitativa encontra amparo na natureza do objeto de estudo, porquanto os processos de criação, armazenamento e transferência de conhecimento em organizações de inteligência exigem instrumentos analíticos capazes de

capturar a dimensão semântica e contextual de tais fenômenos, os quais se mostram insuscetíveis de redução estatística direta.

O corpus bibliográfico primário compreende as obras de Kent (1967), Cepik (2003) e Ratcliffe (2016), eleitas por representarem os três eixos conceituais centrais da pesquisa, a saber, os fundamentos clássicos da Inteligência Estratégica, a perspectiva institucional e democrática dos serviços de inteligência e o paradigma contemporâneo do policiamento orientado pela inteligência (Intelligence-Led Policing). Por seu turno, o acervo teórico complementar engloba os postulados de Nonaka e Takeuchi (1997), Choo (2006) e Davenport e Prusak (1998) no tocante à Gestão do Conhecimento. O escrutínio documental abrange a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (Brasil, 2015) e os relatórios públicos de segurança referentes ao Estado do Amazonas.

O procedimento analítico adotou a análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), culminando na identificação das categorias analíticas centrais, quais sejam, os fundamentos da Inteligência Estratégica, os processos de Gestão do Conhecimento e as perspectivas de aprimoramento do SIPOM (Amazonas, 2021). A partir dessa categorização, promoveu-se o cotejamento sistemático das fontes bibliográficas com o contexto empírico regional amazônico.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada por permitir a compreensão interpretativa dos fenômenos organizacionais e estratégicos, cuja natureza é predominantemente simbólica e processual.

Nota metodológica: As referências à estrutura e às competências do SIPOM neste artigo baseiam-se exclusivamente em fontes de caráter público – legislação estadual, portarias publicadas em boletins gerais ostensivos e doutrina nacional de inteligência de acesso aberto –, em cumprimento aos princípios doutrinários de contrainteligência e às normas que regem a atividade de inteligência no Estado brasileiro.

RESULTADOS

A gênese do pensamento sistemático acerca da Inteligência Estratégica remete à obra seminal de Sherman Kent (1967), ex-analista da Central Intelligence Agency (CIA) e docente da Universidade de Yale. Sob a ótica de Kent (1967), a inteligência consubstancia-se, simultaneamente, como produto, organização e processo, configurando um constructo triádico que se mantém como alicerce incontornável na doutrina contemporânea. Enquanto produto, apresenta-se como o conhecimento advindo de escrutínio analítico rigoroso, apto a subsidiar a

tomada de decisão em cenários permeados pela incerteza. Na condição de organização, traduz-se no complexo de estruturas incumbidas da busca, do processamento e da difusão desse saber. Por fim, como processo, representa o ciclo ininterrupto que baliza a atividade desde a prospecção das necessidades informacionais até a entrega do conhecimento processado ao usuário decisor.

Sob esse prisma, Kent (1967) estratificou a Inteligência Estratégica em cinco dimensões funcionais: geográfica, sociológica, econômica, de transportes e telecomunicações, e biográfica. Tal taxonomia denota a envergadura multidimensional que segrega a Inteligência Estratégica da mera análise casuística, porquanto demanda uma apreensão holística do ambiente, rechaçando a observação fragmentada de fenômenos isolados. Transpondo esse arcabouço para o teatro de operações amazônico, infere-se que cada uma dessas dimensões adquire relevo singular. Esse aspecto evidencia-se desde as hidrovias erigidas como artérias logísticas até o intrincado perfil socioeconômico das populações transfronteiriças, fator que torna o referencial kentiano sobremaneira profícuo para a exegese da realidade operacional da PMAM.

Em um desdobramento teórico, Marco Cepik (2003) dilata a perspectiva kentiana ao conceber a inteligência como uma atividade de Estado, provida de organicidade própria, ciclo produtivo peculiar e com a prerrogativa precípua de mitigar a incerteza inerente ao processo decisório. Consoante o autor, a inteligência não se resume, em sua essência, a uma práxis do sigilo, conquanto este figure como um de seus instrumentais táticos. Trata-se, primordialmente, de uma atividade epistemológica, consubstanciada no esforço metódico de engendrar análises que otimizem a acuidade decisória institucional. Nesse esteio, Cepik (2003) elenca quatro vetores funcionais imanentes aos serviços de inteligência: o assessoramento à tomada de decisão, a prevenção de surpresas estratégicas, o suporte contínuo às operações e a contrainteligência.

Corroborando tal constructo teórico, Hamada e Moreira (2020) asseveram que o fomento do pensamento estratégico afigura-se imperativo no escopo da atividade policial militar, seara na qual a prospecção de cenários futuros instiga as corporações a delinearem diretrizes e objetivos visando à elisão de contingências imprevistas. Essa teleologia prospectiva, fulcrada na antecipação em detrimento da mera reatividade, consolida o vetor de distinção da Inteligência Estratégica em face das demais vertentes analíticas, ratificando, por conseguinte, sua centralidade e pertinência doutrinária para a governança operacional da PMAM.

Jerry Ratcliffe (2016) estabelece o nexos teórico fundamental entre as premissas clássicas e a práxis contemporânea da segurança pública. Na obra *Intelligence-Led Policing*, o autor

sistematiza um paradigma de policiamento no qual a inteligência, em detrimento da mera ocorrência criminal consumada, consolida-se como o princípio basilar e organizador de toda a ação policial. O Intelligence-Led Policing (ILP) fundamenta-se em uma constatação empírica insofismável: o modelo de policiamento estritamente reativo afigura-se estruturalmente incipiente face à complexidade da criminalidade organizada. Nessa toada, a ampliação da eficácia operacional condiciona-se à capacidade de antecipação, consubstanciada no emprego do conhecimento acumulado acerca de padrões delituosos, atores proeminentes e ecossistemas vulneráveis, visando a uma atuação preventiva e norteada por evidências.

Com esse fito, Ratcliffe (2016) postula o modelo trifásico denominado 3-i: Interpret (interpretar o ambiente criminal por intermédio da análise de inteligência), Influence (influenciar o raciocínio dos tomadores de decisão a partir dos produtos analíticos) e Impact (gerar reflexos mensuráveis sobre a fenomenologia criminal). Tal arcabouço reposiciona o analista de inteligência como ator estratégico nevrálgico, visto que seu capital intelectual baliza diretamente a alocação de recursos, o planejamento tático-operacional e as prioridades institucionais. Por conseguinte, a assimilação do ILP pela PMAM, por intermédio do robustecimento do Sistema de Inteligência da Polícia Militar (SIPOM) como órgão produtor de conhecimento estratégico, materializa o alinhamento da Corporação às mais exitosas doutrinas internacionais de policiamento.

7

A Gestão do Conhecimento consolida-se como campo científico a partir da distinção epistemológica operacionalizada por Nonaka e Takeuchi (1997) entre o conhecimento tácito e o explícito. Enquanto o conhecimento explícito demonstra-se codificável, transmissível via linguagem formal e passível de armazenamento em suportes externos, o tácito reveste-se de caráter subjetivo, intrinsecamente amalgamado à práxis cotidiana, enraizando-se nas ações e na vivência empírica do indivíduo (Nonaka; Takeuchi, 1997). Sob a ótica de Davenport e Prusak (1998), o conhecimento organizacional configura-se como uma tessitura fluida de experiências condensadas, valores, informações contextuais e percepções latentes (insights), a qual fornece uma estrutura basilar para a avaliação e a incorporação de novas vivências e dados.

Em complemento, Choo (2006) forja o conceito de organização do conhecimento, definindo-a como uma entidade que emprega a informação de maneira estratégica para construir significados, fomentar novos saberes e embasar deliberações. Segundo o autor, as instituições alicerçadas no conhecimento integram três esferas interdependentes: a criação de significado, por meio da qual a organização decodifica as mutações do ambiente externo; a

construção de conhecimento, etapa em que distintas modalidades de saberes são convertidas e aglutinadas; e a tomada de decisão, fase na qual o produto cognitivo gerado subsidia escolhas estratégicas mitigadoras de incertezas (Choo, 2006). Transpondo essa tríade para o ecossistema do SIPOM, observa-se sua materialização nos produtos fulcrais da atividade de inteligência: a análise situacional – Informes e Informações – (Amazonas, 2021), a formulação de estimativas e cenários prospectivos, bem como os Relatórios de Inteligência (Amazonas, 2021), em estrita consonância com os preceitos da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (Brasil, 2015).

A contribuição de maior envergadura de Nonaka e Takeuchi (1997) reside no modelo SECI, o qual postula a criação de conhecimento como uma espiral ininterrupta de conversão ontológica entre as dimensões tácita e explícita, estruturada em quatro quadrantes: Socialização (tácito-tácito), Externalização (tácito-explícito), Combinação (explícito-explícito) e Internalização (explícito-tácito). No âmbito do ciclo orgânico do SIPOM, a Socialização exterioriza-se nas interações dialógicas entre analistas e agentes de campo; a Externalização consubstancia-se na tradução do tirocínio operacional em Relatórios de Inteligência

(Amazonas, 2021); a Combinação evidencia-se na síntese de análises qualitativas e dados quantitativos para a confecção de prospecções; e a Internalização concretiza-se na assimilação de diretrizes e boas práticas mediante processos de capacitação continuada.

8

A Região Amazônica aglutina peculiaridades geográficas e sociopolíticas que a erigem à condição de um dos teatros de operações mais complexos do território nacional no tocante à segurança pública. O Estado do Amazonas perfaz uma extensão territorial de 1.570.745 km², permeada por aproximadamente 28 mil quilômetros de malha fluvial navegável e composta por 62 municípios, dos quais 21 repousam na faixa de fronteira limítrofe com Venezuela, Colômbia e Peru (Brasil, 2022). A hegemonia do modal hidroviário como vetor de deslocamento condiciona, de modo inexorável, tanto a logística de projeção do poder estatal quanto os padrões de mobilidade inerentes à criminalidade organizada, o que torna imperiosa a estruturação de uma inteligência estratégica calibrada para as vicissitudes dessa realidade ímpar.

O FBSP (FBSP, 2022) atesta que organizações criminosas de envergadura nacional e transnacional operam na calha amazônica, promovendo disputas acirradas pelas rotas do narcotráfico internacional, as quais instrumentalizam os rios como corredores logísticos estratégicos.

Essas refregas operacionais comungam de uma natureza transfronteiriça e altamente adaptativa, atributos que as descolam sobremaneira da criminalidade de matriz convencional. Confrontá-las com a devida contundência demanda o alinhamento irrestrito da PMAM ao paradigma do Intelligence-Led Policing, pressupondo a transição da mera reatividade para a antecipação profilática, calcada em um escopo de conhecimento estratégico forjado de maneira sistemática e ininterrupta pelo SIPOM (Amazonas, 2021). Nessa conjuntura, a sinergia interagências envolvendo a PMAM, a Polícia Federal, as Forças Armadas e os entes de fiscalização ambiental erige-se como condicionante estrutural para a proficiência da inteligência estratégica regional, incumbindo ao SIPOM atuar como o vértice coordenador dessa rede de difusão de conhecimento (Cepik, 2003).

1.1 A singularidade amazônica como determinante da Inteligência Estratégica

Kent (1967) assevera a especificidade geográfica e contextual como vetor determinante da qualidade analítica, postulando que não há viabilidade para uma inteligência estratégica de excelência que se encontre desvinculada do conhecimento exaustivo do território e da realidade sobre os quais se debruça. Transposto para o cenário do Estado do Amazonas, esse princípio atesta sua pertinência com vigor ímpar.

9

A singularidade amazônica, caracterizada pela mais extensa rede hidroviária do planeta, pela vasta faixa de fronteira com três países produtores de narcóticos e pela massiva concentração populacional na capital em detrimento da rarefação demográfica no interior, não consubstancia um mero dado geográfico neutro. Trata-se, precipuamente, do elemento estruturante que confere à Inteligência Estratégica engendrada pela PMAM um viés de conhecimento hiperespecializado, insuscetível de reprodução fidedigna por agências alheias ao ecossistema regional.

Nessa toada, a tipologia kentiana atinente às cinco dimensões da Inteligência Estratégica depara-se, no Amazonas, com um campo de incidência preciso e profícuo. A dimensão geográfica baliza a apreensão das hidrovias como teatro operacional concêntrico; a dimensão sociológica elucida as dinâmicas peculiares das comunidades fronteiriças; a dimensão de transportes e telecomunicações desnuda as assimetrias de cobertura que condicionam tanto a projeção do poder estatal quanto a mobilidade delituosa; e a dimensão econômica faculta a decodificação dos fluxos ilícitos que nutrem as organizações criminosas no decurso da calha fluvial. A síncrese dessas dimensões, levada a efeito pelo SIPOM, afigura-se como o processo

catalisador que transmuta dados fragmentários em Inteligência Estratégica de inestimável valor para a tomada de decisão (Kent, 1967).

O ciclo de inteligência como ciclo de Gestão do Conhecimento

O ciclo da Atividade de Inteligência de Segurança Pública, consubstanciado nas fases de Planejamento, Reunião de Dados, Processamento e Formalização e Difusão (Brasil, 2015), ostenta inegável homologia estrutural com o ciclo de Gestão do Conhecimento delineado por Nonaka e Takeuchi (1997). Na etapa de Planejamento, estipulam-se os objetivos de conhecimento e os aspectos essenciais de inteligência, dilação que corresponde ao estabelecimento das prioridades cognitivas da corporação. Na fase de Reunião, instrumentalizam-se as ações de coleta e busca de dados, caracterizando o processo de aquisição do saber externo (Brasil, 2015).

Por seu turno, a fase de Processamento, calcada na avaliação, na análise, na integração e na interpretação, espelha o modo de Combinação inerente ao modelo SECI. Derradeiramente, na fase de Formalização e Difusão, o Relatório de Inteligência (RELINT) materializa a Externalização, momento em que o conhecimento tácito do analista é decodificado em formato explícito e repassado ao usuário decisor (Brasil, 2015; Amazonas, 2021).

10

Essa convergência estrutural corrobora a tese basilar de Ratcliffe (2016), segundo a qual o analista responsável por perscrutar o ambiente criminal executa as fases de Reunião e Processamento; ao modular o processo decisório da alta gestão, perfaz a Formalização e a Difusão; e o impacto tangível sobre a fenomenologia criminal chancelaria a eficácia do ciclo em sua completude. O SIPOM, ao encampar esse ciclo de maneira metodicamente rigorosa, erige-se como o vetor primordial de assessoramento estratégico do Comando-Geral da PMAM, em estrita harmonia com a destinação institucional que a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública lhe confia (Brasil, 2015; Amazonas, 2021).

Perspectivas de aprimoramento: ILP e Gestão do Conhecimento articulados

A concatenação entre os preceitos de Kent (1967), o arcabouço institucional formulado por Cepik (2003) e o paradigma Intelligence-Led Policing cunhado por Ratcliffe (2016) suscita perspectivas tangíveis para o aperfeiçoamento ininterrupto do SIPOM. A primeira diretriz repousa na institucionalização de trâmites formalizados de externalização do conhecimento operacional. À medida que o acervo tácito amalhado pelos operadores no terreno é capturado

em formato explícito e enxertado na base doutrinária do sistema, o SIPOM dilata sua envergadura analítica de modo cumulativo e sustentável. Tal dinâmica traduz o modo de Externalização do modelo SECI (Nonaka; Takeuchi, 1997) e erige o principal mecanismo de consolidação da memória organizacional no âmbito da inteligência policial.

A segunda vertente alude à massificação do emprego das Técnicas de Análise Estruturada (TAE) nos ritos analíticos do SIPOM. Consoante preconiza a Doutrina da Atividade de Inteligência (Brasil, 2023), a incursão de múltiplas perspectivas analíticas, de forma metodologicamente arranjada, forja um conhecimento dotado de maior robustez epistêmica em comparação à análise individual assistemática. As TAE viabilizam a Combinação do modelo SECI no seio da inteligência, porquanto tornam o percurso cognitivo franqueável à revisão por pares e fomentam a edificação colaborativa do saber, em absoluta sintonia com o pilar Influence do modelo 3-i de Ratcliffe (2016).

A terceira perspectiva ancora-se no aprofundamento da integração interagências como coeficiente multiplicador da proficiência analítica. Resta pacificado que nenhum órgão operando de forma insular, a despeito de sua excelência estrutural, detém capacidade de coleta e processamento bastante para mapear a integralidade das ameaças latentes no complexo bioma amazônico. Cepik (2003) adverte que a primazia analítica dos serviços de inteligência guarda dependência direta com a capilaridade de suas redes de cooperação. O SIPOM, ao consolidar-se como nódulo nevrálgico da rede de inteligência de segurança pública no Amazonas, atuando de forma consorciada com a Polícia Federal, as Forças Armadas e as autarquias ambientais, catalisa de modo exponencial a aptidão da PMAM para a geração de conhecimento de alto nível (Amazonas, 2021).

A quarta e última diretriz, adstrita ao planejamento estratégico intra corporis, remete à adoção protocolar de artefatos peculiares à Inteligência Estratégica, tais como estimativas, prospecções de cenários e matrizes de risco, figurando como vetores de assessoramento ao Comando-Geral da Corporação. Conforme pontua Kent (1967), a inteligência estratégica presta-se não apenas à diagnose do ambiente externo, mas igualmente ao refinamento do planejamento organizacional endógeno. Essa acepção reposiciona o analista do SIPOM, alçando-o da mera condição de operador do ciclo para o patamar de consultor estratégico do mais alto escalão institucional, mister que Choo (2006) reputa inerente às organizações do conhecimento de vanguarda.

Assim, a consolidação da maturidade analítica do SIPOM transcende o esforço individual, condicionando-se à institucionalização perene de seus processos e fluxos informacionais. Nesse contexto, a Gestão do Conhecimento (GC) deixa de ser um mero acessório administrativo para se tornar o principal mecanismo de resiliência organizacional, permitindo que a corporação mantenha sua eficácia operativa mesmo diante de rotatividades ou crises. Ao sistematizar essa conversão do saber, a PMAM não apenas preserva seu capital intelectual, mas eleva o nível científico de sua atividade de inteligência, alinhando a prática policial aos mais rigorosos padrões epistemológicos contemporâneos.

CONCLUSÃO

A exegese promovida ao longo deste estudo logra êxito em responder ao problema de pesquisa inicialmente formulado, demonstrando que os fundamentos teóricos da Inteligência Estratégica, quando amalgamados à Gestão do Conhecimento e ao paradigma do Intelligence-Led Policing, cancelam o arcabouço conceitual imperioso para o contínuo aprimoramento do SIPOM face aos óbices singulares da Região Amazônica. O constructo triádico kentiano atrelado a produto, organização e processo baliza a consolidação da maturidade analítica do sistema; a percepção acerca do SIPOM e suas funções basilares dos serviços de inteligência ratifica o protagonismo da Assessoria Central de Inteligência da PMAM; e o modelo 3-i de Ratcliffe (2016) oferta a arquitetura procedimental para que a atividade logre um impacto tático e estratégico mensurável sobre a segurança pública.

12

O panorama amazônico transcende a mera justificativa para o investimento em Inteligência Estratégica, alçando-o à categoria de imperativo de Estado. A magnitude territorial da unidade federativa, a centralidade das hidrovias como teatro de operações prioritário, ambiente no qual, no ano de 2022, registraram-se aproximadamente 92% das interceptações de entorpecentes, aliadas à localização fronteiriça sensível e à capilaridade de organizações criminosas de matriz transnacional, emolduram um cenário cuja neutralização eficaz condiciona-se inexoravelmente à produção sistemática e ininterrupta de conhecimento estratégico qualificado.

A intersecção entre o modelo SECI de Nonaka e Takeuchi e o ciclo de inteligência estatuído pela DNISP desvela que o SIPOM já detém, em sua gênese, uma arquitetura institucional aderente aos preceitos de uma organização do conhecimento de alta performance. O burilamento contínuo dessa engrenagem — consubstanciado na padronização

dos ritos de externalização do tirocínio operacional, na disseminação das Técnicas de Análise Estruturada e no robustecimento do intercâmbio interagências — desponta como a via hígida para transmutar o capital intelectual individual de cada agente em um ativo coletivo, perene e inalienável da Corporação.

Operar preventivamente e repressivamente no maior estado da federação reclama uma força policial não apenas quantitativamente expressiva, mas essencialmente provida de acuidade intelectual. Exige-se uma corporação que assimile aprendizados de forma contínua a cada incursão, que se antecipe às manobras da criminalidade organizada e que ancore seu processo decisório em saberes estratégicos de incontestável rigor. O Sistema de Inteligência da Polícia Militar consagra-se, indubitavelmente, como o baluarte institucional dessa excelência.

À luz dos resultados auferidos, encartam-se quatro recomendações prioritárias e de aplicabilidade prática: (a) o espraçamento da formação doutrinária em Inteligência Estratégica nos currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças da PMAM; (b) a positivação de protocolos de externalização do conhecimento operacional, contemplando o registro sistêmico de boas práticas ao ocaso de cada operação de vulto; (c) o fomento de acordos técnicos formais de cooperação e compartilhamento de dados com os órgãos federais de segurança e defesa radicados no Amazonas; e (d) a inserção obrigatória de estimativas, prospecções de cenários e análises de risco no âmago do ciclo de planejamento estratégico capitaneado pelo Comando-Geral da PMAM.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Polícia Militar. Regimento interno do sistema de inteligência da Polícia Militar do Amazonas (RI-SIPOM). Publicado no Boletim Geral Reservado n. 046. Manaus: 2^a Seção do Estado-Maior Geral, 17 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p. ISBN 978-85-62938-04-7.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Áreas territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>. Acesso em: 13 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. 4. ed. rev. e atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. 80 p. ISBN 978-85-5506-013-7.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Agência Brasileira de Inteligência. Doutrina de atividade de inteligência. 1. ed. Brasília: ABIN, 2023. 177 p.

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 230 p. ISBN 978- 85-225-0437-4. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/marcocepi/files/cepi-2003-fgv-_espionagem_e_democracia_21-apr-14_1.compressed.pdf. Acesso em: 04 fev. 2026.

CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

425 p. ISBN 978-85-7359-341-9. Disponível em: <https://lucianabicalho.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/choo-chun-wei-a-organizac3a7c3a3o-do-conhecimento.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2026.

COUTO, Aiala Colares. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. Confins, n. 44, mar. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/25852>. Acesso em: 15 dez 2025.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Cartografias das violências na Região Amazônica: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/e006eazf-652e-4bee-846a-3df69acobod>.

Acesso em: 02 fev. 2026.

HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. A inteligência estratégica como atividade essencial para as instituições de segurança pública. Cadernos de Segurança Pública, Rio de Janeiro, ano 12, n. 12, p. 4-16, set. 2020. Disponível em:

<http://www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev202012completa.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2026.

KENT, Sherman. Informações estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967. Tradutor: Cel Helio Freire. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/402503158/Informacoes-Estrategicas-Sherman-Kent-pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-97-01281-1.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram uma dinâmica de inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997. ISBN 978-85-352-0177-2.

RATCLIFFE, Jerry H. Intelligence-led policing. 2. ed. Londres: Routledge, 2016. Disponível em: <https://scispace.com/papers/intelligence-led-policing-b4mnnpk5uo>. Acesso em: 13 fev. 2026.